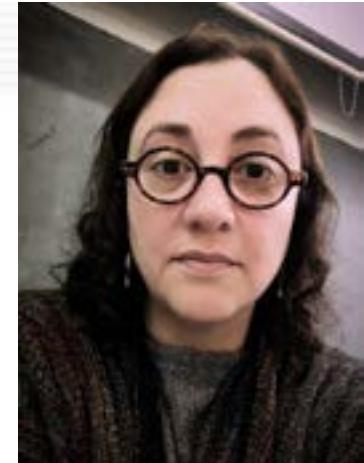


INTERDISCIPLINARIDADE ENTRE HISTÓRIA E GEOGRAFIA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTEGRADAS NO ENSINO BÁSICO



ANDREA ROSSINI TAFURI FÁVARO

Bacharel em História e mestre em História Social pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP). Pós-Graduada em Metodologia do Ensino de Geografia pelo Centro Universitário Casa Verde. Professora de História do Ensino Fundamental II e Ensino Médio da Rede Municipal de São Paulo.

RESUMO

Este artigo analisa as possibilidades de integração entre os componentes curriculares de História e Geografia no Ensino Básico, com ênfase nas práticas pedagógicas interdisciplinares voltadas à compreensão das desigualdades socioespaciais no Brasil. A pesquisa, de natureza qualitativa e fundamentada em revisão teórico-bibliográfica, busca demonstrar como a articulação entre temporalidade e espacialidade potencializa o desenvolvimento do pensamento crítico e o protagonismo discente. Parte-se da concepção de que a interdisciplinaridade, mais do que uma diretriz curricular, constitui um princípio epistemológico e pedagógico que rompe com a fragmentação do saber e promove aprendizagens contextualizadas e significativas. Para tanto, o estudo organiza-se em três eixos analíticos: os fundamentos teóricos da interdisciplinaridade, as metodologias ativas aplicadas a projetos integradores e os resultados de experiências pedagógicas que articulam História e Geografia no cotidiano escolar. Os resultados apontam que práticas interdisciplinares promovem maior engajamento dos estudantes, fortalecem a relação entre escola e território, ampliam a capacidade de leitura crítica da realidade e contribuem para uma formação cidadã. Além disso, identificam-se desafios estruturais e formativos que precisam ser superados para a consolidação de práticas integradoras no contexto educacional brasileiro. Conclui-se que a interdisciplinaridade entre História e Geografia configura-se como uma estratégia potente para a construção de uma escola comprometida com a justiça social, a diversidade e a emancipação dos sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Interdisciplinaridade; História; Geografia; Ensino Básico; Desigualdades socioespaciais.

INTRODUÇÃO

A complexidade das sociedades contemporâneas exige da escola uma formação que transcenda a fragmentação do conhecimento e promova a articulação entre saberes. Nesse cenário, a interdisciplinaridade emerge como uma perspectiva metodológica relevante, capaz de promover aprendizagens mais significativas e conectadas à realidade dos estudantes. No âmbito do Ensino Básico, a integração entre História e Geografia revela-se especialmente frutífera, uma vez que ambas as disciplinas compartilham objetos de estudo comuns, como o território, o tempo, as relações sociais, as transformações culturais e os processos históricos de ocupação e organização do espaço.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orienta que o trabalho pedagógico no componente de Ciências Humanas seja pautado pela articulação entre as disciplinas, favorecendo a construção de competências cognitivas, éticas e sociais (BRASIL, 2018). Tal diretriz reforça a necessidade de superar o ensino compartmentalizado e de desenvolver práticas integradoras, centradas na problematização do mundo vivido, na valorização do contexto sociocultural dos estudantes e na construção de conhecimentos com base em situações reais. A convergência entre História e Geografia, nesse sentido, proporciona abordagens mais amplas e contextualizadas, que possibilitam ao aluno compreender fenômenos sob múltiplas dimensões.

A proposta interdisciplinar não implica a diluição das especificidades disciplinares, mas sim o estabelecimento de diálogos teóricos e metodológicos que respeitem a autonomia dos campos do saber. Ao trabalhar temas como migrações, urbanização, conflitos territoriais, formação das paisagens, identidade cultural ou patrimônio histórico, é possível construir projetos didáticos que potencializam as contribuições tanto da História quanto da Geografia, proporcionando ao estudante uma compreensão mais profunda e crítica da realidade.

Contudo, apesar do reconhecimento teórico da importância da interdisciplinaridade, sua efetivação nas práticas pedagógicas ainda enfrenta diversos desafios. A formação docente compartmentalizada, a rigidez dos currículos escolares, a ausência de espaços colaborativos na escola e a pressão por resultados mensuráveis constituem obstáculos para a consolidação de práticas interdisciplinares significativas. Para superar essas barreiras, é necessário investir em formação continuada, revisão curricular e construção coletiva de projetos didáticos integradores, ancorados em metodologias ativas e em uma concepção crítica de educação.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo analisar o potencial da integração entre História e Geografia como estratégia pedagógica para o desenvolvimento de práticas interdisciplinares no Ensino Básico. Parte-se de uma abordagem qualitativa, de natureza teórico-bibliográfica, com base em autores que discutem a interdisciplinaridade, a formação docente e o ensino crítico das Ciências Humanas. A análise será organizada em três eixos: os fundamentos teóricos da interdisciplinaridade, as metodologias ativas aplicadas a projetos integradores e os resultados observados em experiências didáticas que articulam essas duas disciplinas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA INTERDISCIPLINARIDADE

A interdisciplinaridade tem se consolidado como um dos principais fundamentos teórico-metodológicos da educação contemporânea, especialmente em contextos que exigem a superação da compartmentalização dos saberes. No âmbito do Ensino Básico, essa abordagem é particularmente relevante, pois responde à necessidade de articular os conteúdos escolares às vivências dos estudantes e às complexidades do mundo social. A integração entre História e Geografia, nesse contexto, oferece uma oportunidade significativa de promover aprendizagens contextualizadas, críticas e socialmente referenciadas.

Segundo Fazenda (2011), a interdisciplinaridade não deve ser entendida como simples juxtaposição de conteúdo ou como prática ocasional, mas como uma atitude epistemológica que exige o reconhecimento da incompletude dos saberes e a disposição para o diálogo entre diferentes campos do conhecimento. Tal perspectiva demanda uma postura investigativa por parte do docente e um compromisso com a superação das dicotomias entre teoria e prática, entre ciência e vida cotidiana.

A interdisciplinaridade é, antes de tudo, uma atitude. Exige humildade intelectual, abertura para o outro, reconhecimento da insuficiência das certezas estabelecidas. Quando aplicada ao processo educativo, a interdisciplinaridade rompe com o ensino fragmentado, criando condições para que o conhecimento seja construído a partir da problematização da realidade. Ela não elimina as disciplinas, mas exige que elas dialoguem, que se interroguem mutuamente, que contribuam para a compreensão de fenômenos complexos (FAZENDA, 2011, p. 18).

Na perspectiva da formação escolar, o trabalho interdisciplinar deve ser orientado pela construção de sentido e pela articulação dos saberes em torno de questões significativas para os estudantes. Beane (1997), ao tratar do currículo integrado, argumenta que o ponto de partida da interdisciplinaridade deve ser a realidade dos sujeitos em formação, suas dúvidas, interesses e contextos. Isso significa que os temas geradores, os projetos didáticos e as atividades interdisciplinares devem emergir de situações concretas, favorecendo a construção do conhecimento de forma crítica, cooperativa e situada.

Essa concepção encontra respaldo na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que propõe a articulação entre os componentes curriculares da área de Ciências Humanas por meio de competências gerais e específicas que promovam o pensamento crítico, a contextualização dos conteúdos e a formação integral dos estudantes (BRASIL, 2018). A integração entre História e Geografia é destacada como uma estratégia para desenvolver habilidades relacionadas à análise de processos sociais, à compreensão do espaço como construção histórica e ao exercício da cidadania.

Moraes (2012) reforça que a interdisciplinaridade exige a superação de modelos pedagógicos centrados na transmissão linear de conteúdo. Para o autor, a prática docente deve estar

comprometida com a problematização do conhecimento, com a valorização da experiência e com a construção de uma racionalidade crítica. Nesse sentido, a interdisciplinaridade deve ser compreendida como um processo em construção, que demanda reflexão permanente, escuta ativa e disposição para o trabalho coletivo.

A construção de práticas interdisciplinares exige rupturas: com o planejamento isolado, com o ensino pautado em conteúdos estanques, com a avaliação meramente classificatória. Exige também a criação de espaços de colaboração entre docentes, o reconhecimento das múltiplas linguagens presentes na escola e a valorização do saber do aluno como ponto de partida. Interdisciplinaridade, nesse contexto, é um projeto político-pedagógico de transformação da escola (MORAES, 2012, p. 42).

A integração entre História e Geografia, além de possível, é necessária, uma vez que ambas as disciplinas compartilham o interesse pela compreensão da realidade social em suas dimensões espaciais e temporais. Ao tratar de temas como migrações, urbanização, conflitos territoriais, processos coloniais ou identidades culturais, é possível mobilizar conceitos e categorias das duas áreas, favorecendo uma abordagem mais ampla e dialógica.

Carvalho (2013) destaca que a interdisciplinaridade entre História e Geografia contribui para que o estudante comprehenda os fenômenos sociais em sua complexidade, evitando explicações reducionistas e promovendo a articulação entre diferentes escalas de análise. Ao relacionar tempo e espaço, permanência e transformação, o ensino integrado possibilita uma compreensão mais profunda das estruturas sociais e dos processos históricos.

No entanto, a efetivação da interdisciplinaridade nas práticas pedagógicas enfrenta obstáculos importantes. A organização curricular em componentes isolados, a carga horária reduzida, a formação docente fragmentada e a escassez de espaços de planejamento coletivo dificultam a implementação de projetos interdisciplinares. É necessário, portanto, que a gestão escolar crie condições materiais e institucionais para o trabalho colaborativo, garantindo momentos de estudo, troca e elaboração conjunta de propostas pedagógicas.

Além disso, o sucesso da interdisciplinaridade depende da existência de intencionalidade pedagógica. Não basta aproximar conteúdo ou realizar atividades conjuntas: é fundamental que haja objetivos comuns, coerência didática e avaliação integrada. Para que a interdisciplinaridade seja significativa, deve estar orientada por um projeto educativo claro, que tenha como horizonte a formação de sujeitos críticos, éticos e solidários.

A interdisciplinaridade não se resume a práticas eventuais, nem a estratégias decorativas no currículo. Ela deve fazer parte da estrutura do projeto político-pedagógico da escola, como expressão de uma concepção de educação voltada para a totalidade da experiência humana. Trabalhar interdisciplinamente é reconhecer a complexidade dos fenômenos sociais e a necessidade de múltiplos olhares para comprehendê-los. É também uma escolha política, que valoriza o conhecimento como instrumento de transformação social (CARVALHO, 2013, p. 77).

Portanto, os fundamentos teóricos da interdisciplinaridade evidenciam seu potencial para a construção de práticas pedagógicas mais significativas e conectadas à realidade dos estudantes. Ao integrar História e Geografia de forma intencional, crítica e contextualizada, é possível ampliar as possibilidades de aprendizagem e contribuir para a formação de sujeitos capazes de compreender e transformar o mundo em que vivem. Essa proposta exige investimentos na formação docente, mudanças na organização curricular e o fortalecimento de uma cultura escolar pautada na colabo-

ração, na escuta e na valorização da diversidade de saberes presentes na escola.

METODOLOGIAS ATIVAS EM PROJETOS INTERDISCIPLINARES

A consolidação de práticas interdisciplinares no Ensino Básico exige, além de fundamentação teórica sólida, a adoção de metodologias que promovam o protagonismo discente, a problematização da realidade e a construção colaborativa do conhecimento. Nesse contexto, as metodologias ativas apresentam-se como estratégias didáticas coerentes com a proposta de integração entre História e Geografia, pois possibilitam a articulação entre conteúdo escolar e experiência vivida, favorecendo aprendizagens significativas e a formação crítica dos estudantes.

As metodologias ativas rompem com o modelo tradicional de ensino centrado na exposição verbal e na memorização de conteúdo. Elas partem do pressuposto de que o estudante aprende de forma mais eficaz quando participa ativamente da construção do conhecimento, interagindo com seus pares, formulando hipóteses, resolvendo problemas e refletindo sobre os processos de aprendizagem. Essa abordagem é especialmente adequada para o desenvolvimento de projetos interdisciplinares, que requerem investigação, criatividade, cooperação e diálogo entre saberes.

Hernández (1998) propõe a ideia de projetos de trabalho como forma privilegiada de organizar o currículo de maneira integrada. Para o autor, os projetos permitem a articulação entre diferentes áreas do conhecimento a partir de temas significativos para os estudantes, possibilitando a mobilização de saberes diversos em torno de uma problemática comum.

Trabalhar com projetos significa romper com a lógica fragmentária e disciplinar do currículo tradicional. Significa construir conhecimento a partir de perguntas reais, de problemas que façam sentido para os estudantes. Nesse processo, os conteúdos são apropriados como ferramentas para a compreensão e a transformação da realidade. A interdisciplinaridade surge, então, como exigência do próprio processo investigativo, que transcende os limites artificiais das disciplinas (HERNÁNDEZ, 1998, p. 75).

No campo da Geografia, estratégias como a cartografia social, o estudo do meio e a análise de paisagens urbanas são metodologias ativas que promovem o contato direto com o espaço vivido, estimulando a observação, a descrição e a interpretação dos fenômenos espaciais. Já no ensino de História, o uso de fontes primárias, a análise de documentos e a construção de narrativas históricas contribuem para o desenvolvimento do pensamento crítico e da consciência temporal. A integração dessas práticas permite ao estudante compreender que o espaço e o tempo são dimensões indissociáveis da experiência humana.

Paulo Freire (1996), ao discutir a pedagogia da autonomia, defende que o ato de educar deve ser pautado no diálogo, na problematização e no respeito aos saberes dos educandos. Essa concepção está na base das metodologias ativas, pois pressupõe que o conhecimento não é algo transmitido, mas construído coletivamente a partir da realidade dos sujeitos. A escola, nesse sentido, torna-se um espaço de leitura crítica do mundo e de elaboração de propostas de intervenção.

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. A educação é um ato de amor, por isso um ato de coragem. Não pode temer o debate, a análise da realidade, a denúncia da injustiça. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena

de ser uma farsa (FREIRE, 1996, p. 25).

Entre as metodologias ativas mais adequadas aos projetos interdisciplinares entre História e Geografia, destacam-se:

- Aprendizagem baseada em projetos (ABP): envolve a investigação de uma questão real, a elaboração de hipóteses, a consulta a diferentes fontes, a produção de soluções e a apresentação pública de resultados. Permite mobilizar conceitos das duas disciplinas em torno de problemas sociais relevantes.
- Estudo do meio: propicia o contato com o espaço vivido e a análise de transformações socioespaciais em contextos locais, favorecendo a articulação entre história local e geografia urbana.
- Cartografia participativa: permite que os estudantes representem seus territórios com base em suas experiências, revelando relações de pertencimento, exclusões e resistências.
- Debates e simulações históricas: estimulam o pensamento crítico e o posicionamento ético diante de dilemas históricos e territoriais, desenvolvendo competências argumentativas e empáticas.

Oliveira (2020) enfatiza que as metodologias ativas, quando aplicadas com intencionalidade pedagógica, não apenas promovem a interdisciplinaridade, mas também ressignificam o papel do professor. De transmissor de conteúdos, o docente passa a atuar como mediador da aprendizagem, planejando situações didáticas que desafiem os estudantes a pensar, a investigar e a produzir conhecimento.

O uso das metodologias ativas no ensino de História e Geografia requer planejamento, clareza de objetivos e abertura ao imprevisto. Requer também escuta sensível às experiências dos estudantes, às suas dúvidas e interesses. Mais do que uma técnica, trata-se de uma postura pedagógica: a de confiar na capacidade dos alunos de compreender o mundo e de transformá-lo (OLIVEIRA, 2020, p. 58).

Outro aspecto importante é a avaliação nos projetos interdisciplinares. Ela deve ser processual, formativa e colaborativa, voltada à valorização do percurso de aprendizagem, e não apenas ao resultado final. Instrumentos como portfólios, autoavaliações, registros reflexivos e rubricas podem auxiliar na construção de uma cultura avaliativa coerente com os princípios das metodologias ativas.

A experiência de Castellar (2014) com projetos interdisciplinares em escolas públicas paulistas demonstra que, mesmo em contextos de escassez de recursos e dificuldades estruturais, é possível implementar propostas integradoras com resultados pedagógicos relevantes. A autora relata ganhos em termos de engajamento estudantil, desenvolvimento de competências socioemocionais e ampliação do repertório cultural dos alunos. A interdisciplinaridade, nesse sentido, não é apenas uma diretriz curricular, mas uma possibilidade concreta de transformação da prática pedagógica.

Em síntese, as metodologias ativas oferecem um caminho promissor para a efetivação da interdisciplinaridade entre História e Geografia no Ensino Básico. Elas possibilitam a construção de saberes contextualizados, o fortalecimento da autonomia discente e a promoção de aprendizagens significativas. Sua implementação, contudo, exige mudanças profundas na cultura escolar,

investimento na formação docente e compromisso político com uma educação crítica, dialógica e emancipadora.

RESULTADOS DE EXPERIÊNCIAS INTEGRADAS HISTÓRIA-GEOGRAFIA

A interdisciplinaridade entre História e Geografia tem se mostrado uma abordagem promissora no Ensino Básico, especialmente quando aplicada a partir de práticas pedagógicas concretas e planejadas em contextos escolares diversos. As experiências de integração curricular revelam impactos positivos sobre o engajamento dos estudantes, a ampliação de repertórios culturais, o desenvolvimento do pensamento crítico e a compreensão mais ampla dos processos socioespaciais e históricos. Essa seção apresenta resultados de pesquisas e práticas interdisciplinares implementadas em escolas brasileiras, discutindo seus efeitos pedagógicos, desafios e possibilidades.

Os trabalhos de Callai (2011) demonstram como o ensino de Geografia, articulado à História, pode contribuir para a formação da consciência espacial e cidadã dos estudantes. A autora enfatiza a importância de contextualizar o conhecimento escolar ao território vivido, articulando a análise dos processos históricos com a leitura crítica do espaço.

A integração entre História e Geografia permite ao aluno entender que os espaços não são estáticos, mas fruto de disputas, resistências e transformações sociais. Ao estudar a ocupação urbana, por exemplo, é possível relacionar o crescimento das cidades aos processos históricos de industrialização, migração e segregação socioespacial. Essa abordagem rompe com o ensino decorativo e aproxima o conhecimento escolar da vida cotidiana (CALLAI, 2011, p. 33).

Estudos realizados por Schmidt (2015) em escolas da rede pública do Paraná revelam que projetos interdisciplinares envolvendo as duas disciplinas promovem maior participação dos alunos nas aulas, especialmente quando são utilizados recursos como mapas mentais, roteiros de investigação e saídas de campo. As práticas relatadas mostram que, ao vivenciarem situações de aprendizagem conectadas à realidade local, os estudantes demonstram maior interesse pelos conteúdos e desenvolvem habilidades de análise e argumentação.

As experiências analisadas por Santos (2019) indicam que a interdisciplinaridade favorece a construção de vínculos entre o conhecimento escolar e as dimensões culturais, afetivas e sociais dos estudantes. Em um projeto desenvolvido com turmas do 9º ano, os alunos realizaram um mapeamento histórico e geográfico do bairro onde vivem, relacionando aspectos do patrimônio material, práticas culturais e transformações territoriais. Ao final do projeto, os estudantes apresentaram os resultados à comunidade, por meio de painéis, maquetes e relatos orais, o que reforçou o sentido social do conhecimento escolar.

O projeto proporcionou aos alunos uma experiência significativa de aprendizagem, pois possibilitou que eles se vissem como sujeitos históricos e espaciais. Ao articularem dados históricos sobre o bairro com suas vivências cotidianas, os estudantes puderam compreender como o espaço é construído socialmente e como as diferentes memórias se cruzam na configuração dos territórios. A valorização do lugar de vida contribuiu para fortalecer a identidade dos jovens e ampliar sua capacidade de leitura crítica do mundo (SANTOS, 2019, p. 91).

Souza (2021) analisou a implementação de projetos interdisciplinares em uma escola municipal de Belo Horizonte, com foco na temática das desigualdades socioespaciais. A partir de atividades que integravam leitura de mapas, análise de censos, levantamento de dados históricos e entrevistas com moradores, os alunos desenvolveram um diagnóstico sobre o acesso a equipamentos públicos em diferentes bairros da cidade. O trabalho culminou em uma exposição aberta à comunidade escolar, reforçando o vínculo entre escola e território.

Essa prática revelou não apenas o potencial formativo da integração entre disciplinas, mas também o papel da escola como promotora de justiça social. Ao investigar as desigualdades em seu entorno, os estudantes foram incentivados a refletir sobre os direitos urbanos, o papel do Estado na produção do espaço e as estratégias de resistência das populações periféricas. A interdisciplinaridade, nesse caso, tornou-se um instrumento de leitura e intervenção na realidade, ampliando os horizontes políticos e formativos da educação básica.

A escola precisa se afirmar como um espaço de leitura crítica da realidade e de produção coletiva de conhecimento. A integração entre História e Geografia contribui para esse processo, ao oferecer ferramentas para que os alunos compreendam as dinâmicas sociais que estruturam o espaço e o tempo. Mais do que aprender conteúdos, os estudantes aprendem a se posicionar diante das injustiças e a imaginar outras possibilidades de organização social (SOUZA, 2021, p. 58).

Por fim, Pereira (2022) desenvolveu uma pesquisa-ação com professores de uma escola da zona rural da Bahia, com o objetivo de construir práticas interdisciplinares em torno da temática das migrações. O projeto envolveu atividades de pesquisa histórica, elaboração de mapas de deslocamento, análise de entrevistas com familiares migrantes e produção de narrativas. Os resultados apontaram avanços na compreensão dos estudantes sobre os fatores econômicos, culturais e políticos que influenciam os fluxos migratórios, bem como na valorização de suas próprias histórias de vida.

A pesquisa também revelou a importância da formação continuada dos professores para o sucesso de propostas interdisciplinares. Ao participarem de momentos coletivos de planejamento e reflexão, os docentes conseguiram identificar pontos de convergência entre suas disciplinas, propor atividades integradoras e construir uma prática pedagógica mais articulada e contextualizada.

De modo geral, os resultados dessas experiências apontam para alguns elementos centrais:

- A interdisciplinaridade promove maior engajamento dos estudantes, pois relaciona os conteúdos escolares às suas vivências e contextos.
- A integração entre História e Geografia favorece a leitura crítica da realidade e o desenvolvimento de competências socioemocionais e cognitivas.
- Projetos interdisciplinares fortalecem o vínculo entre escola e comunidade, ampliando o papel social da instituição escolar.
- A implementação de práticas integradas exige tempo, planejamento colaborativo e apoio institucional.
- A formação continuada é condição indispensável para o desenvolvimento de práticas interdisciplinares consistentes e transformadoras.

Esses achados demonstram que a interdisciplinaridade entre História e Geografia não é apenas viável, mas desejável, sobretudo quando vinculada a metodologias ativas, ao protagonismo discente e ao compromisso com a transformação social. Tais experiências reforçam a necessidade de pensar o currículo como um espaço vivo, em constante diálogo com a realidade dos estudantes, e a escola como um território de construção de sentidos, cidadania e justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente análise evidenciou que a integração entre os componentes curriculares de História e Geografia no Ensino Básico representa uma estratégia pedagógica potente para a promoção de aprendizagens significativas e contextualizadas. Ao longo deste estudo, demonstrou-se que a interdisciplinaridade, quando efetivada de maneira intencional, crítica e colaborativa, não apenas amplia a compreensão dos conteúdos escolares, mas também fortalece a capacidade dos estudantes de interpretar e intervir sobre a realidade em que estão inseridos.

Constatou-se que o desenvolvimento de práticas interdisciplinares exige rupturas com modelos tradicionais de ensino, baseados na fragmentação do conhecimento e na centralidade da exposição verbal. Em contrapartida, defende-se a adoção de metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos, os estudos do meio, a cartografia participativa e a análise de fontes históricas e geográficas, capazes de articular teoria e prática, promovendo o protagonismo discente e o diálogo entre saberes escolares e cotidianos.

As experiências analisadas em diferentes contextos escolares, urbanas e rurais, revelaram que a articulação entre História e Geografia permite que os estudantes compreendam de forma mais complexa os fenômenos sociais, associando processos históricos a configurações espaciais concretas. A investigação de temáticas como as migrações, as desigualdades territoriais, a formação das cidades e os conflitos socioespaciais possibilitou uma abordagem integrada e crítica da realidade, fortalecendo a formação cidadã e a consciência política dos educandos.

Outro aspecto recorrente nos resultados analisados foi o fortalecimento do vínculo entre a escola e o território. Projetos que partem do entorno dos estudantes, de suas vivências e referências culturais, favorecem a construção de pertencimento, a valorização das memórias locais e o reconhecimento da diversidade de trajetórias que constituem o espaço vivido. Nesse sentido, a escola reafirma seu papel como espaço de mediação cultural, de produção coletiva de conhecimento e de resistência às desigualdades históricas e sociais.

Entretanto, também se reconheceu a existência de desafios significativos para a consolidação da interdisciplinaridade no cotidiano escolar. A rigidez da organização curricular, a escassez de tempo para planejamento coletivo, as limitações na formação inicial e continuada dos professores e a ausência de políticas públicas que incentivem práticas integradoras ainda constituem obstáculos à efetivação dessa proposta. Assim, torna-se imprescindível que as redes de ensino e as instituições formadoras invistam na criação de condições objetivas e institucionais que favoreçam o trabalho interdisciplinar, promovendo espaços de escuta, de troca e de formação conjunta.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao propor competências e habilidades integradoras no campo das Ciências Humanas, oferece oportunidades para a reconfiguração das práticas pedagógicas. Contudo, a aplicação desses princípios no cotidiano escolar requer mediações concretas, protagonismo docente e um projeto político-pedagógico comprometido com a formação integral dos sujeitos. A interdisciplinaridade, nesse contexto, não pode ser reduzida a uma diretriz formal: ela deve constituir uma escolha pedagógica e ética, orientada pela valorização da complexidade, da diversidade e do pensamento crítico.

Por fim, este estudo reforça a convicção de que a integração entre História e Geografia não apenas contribui para o desenvolvimento de aprendizagens mais robustas, mas também potencializa a função social da escola. Ao articular temporalidades e espacialidades, narrativas e territórios, conflitos e memórias, essa proposta formativa amplia as possibilidades de leitura do mundo e de atuação transformadora dos estudantes. Ao mesmo tempo, convida os educadores a assumirem um compromisso com práticas pedagógicas mais democráticas, colaborativas e conectadas aos desafios do presente.

Nesse sentido, recomenda-se que as escolas incentivem o planejamento coletivo entre professores de diferentes áreas, promovam a interdisciplinaridade como eixo organizador do currículo e valorizem experiências de ensino que partam do território e da vivência dos alunos. A formação continuada deve ser orientada por uma abordagem interdisciplinar, problematizadora e crítica, que reconheça o professor como sujeito epistêmico e mediador do processo de ensino-aprendizagem.

Portanto, trabalhar de forma integrada História e Geografia no Ensino Básico significa, sobretudo, apostar em uma educação comprometida com a formação de sujeitos críticos, capazes de compreender a complexidade das desigualdades socioespaciais e de atuar com responsabilidade e sensibilidade ética na construção de um mundo mais justo e solidário.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso 18 jun. 2025.

CALLAI, Helena Copetti. **A formação da consciência espacial: a geografia escolar e a cidadania**. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (org.). Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano escolar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 27–42.

CASTELLAR, Sonia Aparecida. **Geografia e projetos interdisciplinares no ensino fundamental**. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (org.). Geografia em sala de aula: práticas e reflexões. São Paulo: Contexto, 2014. p. 79–96.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

OLIVEIRA, Rosângela. **Metodologias ativas no ensino de Geografia: possibilidades e limites para a prática docente.** Revista Terra Livre, São Paulo, v. 1, n. 55, p. 45–64, 2020. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes>. Acesso 18 jun. 2025.

PEREIRA, Carla Beatriz. **Migração, identidade e ensino de Geografia: uma experiência interdisciplinar no semiárido baiano.** Revista Brasileira de Educação em Geografia, Salvador, v. 12, n. 4, p. 55–74, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rbeg>. Acesso 18 jun. 2025.

SANTOS, Marta Cristina. **História e Geografia integradas: uma proposta de mapeamento escolar da memória social.** Revista Educação e Fronteiras, Dourados, v. 9, n. 26, p. 87–104, 2019. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacaofronteiras>. Acesso 18 jun. 2025.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **Ensino de História e Geografia: aproximações e interações possíveis no cotidiano escolar.** Educar em Revista, Curitiba, v. 31, n. 58, p. 119–138, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar>. Acesso 18 jun. 2025.

SOUZA, João Gabriel Rodrigues de. **Educação e desigualdades socioespaciais: projetos interdisciplinares em escolas públicas de Belo Horizonte.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 26, e260077, p. 1–22, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu>. Acesso 18 jun. 2025.